



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

Estado de Minas Gerais

PROJETO DE LEI Nº 3.046/2011

Determina a forma de pagamento aos servidores em decorrência de sentença judicial.

Exposição de Motivos

Senhores Vereadores e Vereadora,

O presente Projeto de Lei de nº 3.046/2011, tem por finalidade melhor assegurar o direito dos servidores, evitando possíveis interpretações errôneas e que venha retirar dos servidores enquadrados na situação de “aquisição de direito a alteração salarial em decorrência de sentença transitada em julgado”, das vantagens consagradas pela Lei 1.522/90.

É cediço que a preocupação possui fundado receio, considerando que o valor da alteração salarial em questão se vincula ao salário do servidor, porém, por necessidade contábil se apresenta em lançamento diverso daquele que remunera a importância do nível percebido.

Conquanto pouco provável, não se pode afastar a possibilidade de que um futuro gestor, erroneamente, venha considerar para cálculo das vantagens inseridas na Lei 1.522/90, tão somente a importância percebida pelo servidor a título de nível salarial, com o que o valor das vantagens adquiridas sofreria representativa redução e considerável e injusto prejuízo ao servidor público municipal.

O Projeto, se aprovado, não alterará a sistemática atualmente adotada, porém resguardará o direito dos servidores, inviabilizando também possíveis e futuras ações judiciais, desgastantes para ambas as partes.

Cumprе salientar, que o presente Projeto de Lei não impactará o orçamento municipal.

A medida ora proposta se apresenta em consonância aos princípios Constitucionais da legalidade, moralidade, economicidade e eficiência.

Ponte Nova, 18 de abril de 2010

João Antonio Vidal de Carvalho
Prefeito Municipal

Eduardo Gomes Rodrigues Bemfeito
Secretário Municipal de Governo



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

Estado de Minas Gerais

PROJETO DE LEI Nº 3.046/2011

Determina a forma de pagamento aos servidores em decorrência de sentença judicial.

A Câmara Municipal de Ponte Nova aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os servidores ativos e inativos e os pensionistas que adquiriram ou vierem a fazer jus ao direito a alteração de salário em decorrência de sentenças judiciais, deverão ser mantidos no nível salarial primitivo.

Art. 2º. A remuneração deverá ser acrescida do valor correspondente a diferença apurada entre o nível salarial e a respectiva e nova remuneração, dispondo esta, no entanto, de lançamento distinto quando da emissão da folha de pagamento.

Art. 3º. As vantagens garantidas pela Lei nº. 1.522/90 com fulcro no art. nº. 67, incisos II / VI, deverão incidir sobre o valor da diferença apurada e incluída na remuneração, considerando-se o mesmo percentual aplicado ao valor do nível salarial concernente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Ponte Nova, 18 de abril de 2011.

João Antônio Vidal de Carvalho
Prefeito Municipal

Eduardo Gomes Rodrigues Bemfeito
Secretário Municipal de Governo